CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 4158/2005.
(de 09 de novembro de 2005)

ALTERA DENOMINAÇÕES DE LOGRADOUROS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS APROVA:

Art. 1º - Passam a denominar-se rua RENATO VIANA, rua LEONEL DE MOURA BRIZOLA e rua MARIO COVAS, as ruas Marechal Deodoro, Cristóvão Colombo e D. Pedro I, respectivamente.

Parágrafo único: - As novas denominações são tão somente na parte das vias públicas que se localizam dentro do "Condomínio Real Park".

Art. 2º - As biografias dos homenageados ficarão fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Caieiras, data supra.

PAULO ROBERTO ÓZIO
VEREADOR

AS COMISSÕES DE
S.S.em 16/11/05
PRESIDENTE

APROVADO
UNICA DISCUSSÃO
S.S.em 22/11/05
PRESIDENTE

RENATO VIANNA

Filho de José Gonçalves Vieira Vianna e de dona Adelina de Mendonça Fleury, Renato Vianna nasceu no Rio de Janeiro, a 31 de março de 1894. Aos nove anos de idade passou a viver em São Luis do Maranhão, para onde a família mudara.
Em 1908, seu pai suicidou-se numa sala do escritório em que trabalhava. Abandonava a vida por falta de perspectiva econômica, estando a família em situação de muita pobreza, confessou em cartas deixadas ao patrão e à esposa.
Essa tragédia marcou profundamente Renato Vianna e, de certo modo, filtra por ela o seu pessimismo melodramático. Passam por essa experiência amarga, também, as posturas críticas contra a oligarquia encastelada no poder e a classe dominante. Posturas que o tornariam jornalista combativo, advogado dos pequenos agricultores e permeariam toda sua obra dramática.
Arrimo da família aos 14 anos, Renato trabalhou com advogados (depois, como rábula, foi autorizado pela OAB a exercer a advocacia) e tornou-se jornalista. Como jornalista viveu em Manaus, onde aos 16 anos teve um texto, A Prova, representado pelos atores portugueses Adelina Nobre e Alves da Silva. Mais tarde, transferindo-se para Fortaleza, continuando no jornalismo, abriu a primeira banca de advocacia.
Em 1915 casou com dona Elita, filha do vereador Teófilo Cordeiro (que posteriormente se filiaria ao Partido Comunista) e irmã do futuro general Cordeiro, ligado a Juarez Távora. Ano seguinte nasceu o primeiro filho do casal, Rui.
Até pela aliança com filha de família bastante politizada, todas as indicações eram no sentido de que Renato Vianna entraria para a carreira política. Em 1917 achava-se em Minas Gerais, na condição de secretário pessoal de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, escrevendo os discursos do famoso político que, nesse mesmo ano, assumia o Ministério da Fazenda.
Nomeado por Antônio Carlos a um cargo na Casa da Moeda, em 1918 Renato transfere-se com a família para o Rio de Janeiro. Logo seu nome começa a circular nos meios artísticos e a Companhia Dramática Nacional, de Gomes Cardim e Itália Fausta, monta sua peça Na Voragem. Nos dois anos seguintes (19/20) a mesma companhia encenou seus textos Salomé e Os Fantasmas. Heitor Villa-Lobos, em 1919, transformou Salomé na ópera Zoé. E, em 1920, Leopoldo Fróes monta sua comédia Luciano, o Encantador.
O prestígio de Renato Vianna, como dramaturgo, estava já consolidado: tinha peças encenadas pela maior atriz e pelo maior ator brasileiros da época e um texto transformado em libreto de ópera por polêmico e conceituadíssimo compositor. Muitos, no entanto, se incomodavam com as pregações de Renato Vianna sobre o "novo teatro". Eram idéias que ele desenvolvia a partir de informações sobre a renovação cênica na Rússia (Komisarjévski, Stanislavski, Meyerhold) e na França (Antoine, Lugné Poe, Jacques Coupeau).
Absolutamente envolvido pela atmosfera pré-modernista, que tomou força desde o fim da guerra, Renato propunha a renovação dos velhos códigos teatrais e a instauração de novos processos e conceitos cênicos como meios para se chegar a uma "expressão brasileira" em cena.
Em 1921, tendo sido exonerado do cargo na Casa da Moeda, voltou com a família para Fortaleza. Lá escreveu A Última Encarnação do Fausto , trabalhou em jornais, fêz campanha política com seu sogro junto da classe operária e elaborou o plano para a criação da Cia. Batalha da Quimera. Dividindo seu tempo entre Fortaleza e Recife, conheceu na capital pernambucana o jovem crítico Samuel Campello que, empolgado com as idéias de Renato Vianna viria a criar, anos depois, o Grupo Gente Nossa, dando início a um movimento teatral histórico no Nordeste brasileiro. Também em Recife, no Teatro do Parque, fez leitura pública de A Última Encarnação do Fausto.
Pela metade de 1922, com a família aumentada, pois nascera Maria Antonieta, voltou ao Rio de Janeiro e começou logo as articulações para a criação da Batalha da Quimera e encenação de A Última Encarnação do Fausto. Seus parceiros nessa empresa eram o compositor Villa-Lobos e o poeta Ronald de Carvalho, ambos participantes da Semana de

Arte Moderna.
O fracasso do espetáculo, que só ficou três dias em cartaz, causou a primeira de uma série de falências que o teatro lhe propiciaria. Em 1924, no entanto, estava ele em São Paulo tentando aprimorar o sistema que pretendeu estabelecer na Quimera com nova empresa, a Colméia. Em 1928, junto de Roberto Rodrigues (irmão do futuro dramaturgo Nelson Rodrigues) e de Paschoal Carlos Magno, fundou o Teatro da Caverna Mágica, que dividiu o Cassino do Passeio Público com o Teatro de Brinquedo, de Álvaro Moreyra e sua esposa, Eugênia.
O fracasso da Caverna Mágica fez com que Renato voltasse com a família para Fortaleza e para a advocacia e, depois, o jornalismo. Pretendia no trabalho jornalístico participar dos movimentos em curso, que desembocariam na Revolução de 30. E sua permanência, como diretor ou editor em vários jornais de Fortaleza e de Manaus, foi pontilhada de artigos vigorosos e de grandes desentendimentos com os proprietários dos jornais.
Ao assumir o governo provisório do Estado do Ceará, em 1930, Fernandes Távora nomeou Renato Vianna secretário de governo. Mas a proximidade do Poder não diminuiu a rebeldia do dramaturgo. Quando Fernandes Távora reabriu a Câmara dos Deputados, fechada pelo movimento revolucionário, Renato pediu exoneração, pois não concordava com o ato. Afinal, foi pela moralização da vida pública que se fez a Revolução e aqueles deputados foram eleitos de maneira notoriamente corrupta. A pedido do sogro, voltou atrás da decisão, sob o argumento de que seu pedido de exoneração, quando o movimento revolucionário tentava ainda tirar Washington Luis da presidência da República, poderia enfraquecer e desacreditar a Revolução. Mas, logo após a queda de Washington Luis e a ocupação do Catete por Getúlio Vargas, Renato abandonou o cargo de secretário para fundar o jornal Pátria Nova, onde não poupava críticas ao governo de Fernandes Távora nem elogios à Revolução. O jornal foi um grande sucesso, mas Renato acabou por abandonar a direção do mesmo, atendendo ao sogro, que novamente lhe solicitava menos rigor nas críticas ao governo.
Voltando ao Rio de Janeiro, teve encenadas as suas peças A Última Conquista, por Procópio Ferreira, e Divino Perfume, pela Companhia Jayme Costa. Seu prestígio enquanto dramaturgo animava-o a nova tentativa no campo da encenação, fundando desta vez o Teatro de Arte, que teve o mesmo destino das empresas anteriores. Em conseqüência da nova derrocada, outra temporada em Fortaleza. Mas, desta vez, Renato trabalhou com afinco um novo projeto: Teatro-Escola.
Pretendia instalar o Teatro-Escola, companhia estável e também escola dramática, no Teatro José de Alencar. Mas, as dificuldades do projeto, que se pretendia de alcance nacional, eram muito grandes em Fortaleza, tão distante do centro do Poder. Assim, retorna ao Rio de Janeiro firmemente decidido a buscar apoio para a criação do Teatro-Escola. Depois de um ano de batalhas, conseguiu o apoio oficial do Estado - oferecido pessoalmente por Getúlio Vargas --, o que tornava o Teatro-Escola uma "experiência oficial".
O elenco contava com três dos principais nomes do teatro da época - Itália Fausta, Jayme Costa e Olga Navarro --, profissionais de grande prestígio, como Cândido Nazareth e sua filha Luisa Nazareth, e alguns atores de pouca ou nenhuma experiência, como Rodolfo Meyer e as filhas de Luisa, Lourdes (mais tarde Lourdes Meyer) e Zilca (mais tarde Zilca Sallysbury). Elenco composto por profissionais veteranos, emergentes ou absolutamente desconhecidos, impunha respeito.
Embora ainda não se conhecesse o conceito no Brasil, Renato surgia como nosso primeiro encenador, diretor de teatro no sentido moderno do ofício, que dá unidade de pensamento ao espetáculo, onde as coisas são interdependentes e em permanente interação.
Estranhava-se também o rígido sistema disciplinar instaurado pelo diretor, que não permitia conversas paralelas durante os ensaios, nem atrasos de atores e técnicos, nem falta de respeito aos colegas; obrigava a todos permanecerem atentos ao trabalho, em silêncio, mesmo quem não participasse da cena. Coisas completamente estranhas no teatro vigente, onde a indisciplina era quase que a regra e o estudo do texto nenhum.

Talvez isso tudo tenha contribuído para a revolta das principais figuras do elenco (Itália Fausta, Jayme Costa, Olga Navarro) que, alegando não ter Renato dividido supostos lucros do Teatro-Escola com o elenco, como era do estatuto da empresa, abriram processos contra ele e uma grande campanha difamatória.
A segunda temporada do Teatro-Escola, já minado pelos processos judiciais e pela campanha difamatória ao seu diretor, foi aberta pela peça Deus, que provocou grandes manifestações de protesto, agora de estudantes, na Av. Rio Branco, junto do Teatro Municipal, que abrigava a companhia.
O cerco foi tão cerrado que obrigou o cancelamento da temporada e a transferência do Teatro-Escola para São Paulo. Na capital paulista, Renato e seu elenco receberam todo tipo de homenagens. O jovem Paulo Emílio Salles Gomes preparava muitas dessas homenagens a Renato, que Paulo Emílio chamava de "modernista". Um abaixo-assinado de artistas e intelectuais paulistas - entre eles Paulo Emílio e Flávio de Carvalho - foi enviado ao ministro Capanema e ao presidente da República, em desagravo a Renato pela campanha difamatória de que era vítima no Rio
De volta à Capital Federal, o Teatro-Escola fez outra temporada no Teatro João Caetano, para cumprir o contrato com o governo. As perícias realizadas nos livros do Teatro-Escola, finalmente, atestavam a lisura do diretor na administração da empresa. Mas, esse parecer técnico capaz de por fim às discussões, chegou tarde. O Teatro-Escola terminara sua existência. Três anos depois, ao ser instituído o Serviço Nacional de Teatro, o ministro Capanema, em artigo para um caderno de publicidade do Ministério, dá o crédito ao Teatro-Escola como primeira experiência oficial do governo, no sentido de criar órgãos de apoio ao desenvolvimento do teatro brasileiro.
Insistindo na idéia de prosseguir o plano do Teatro-Escola e levar o grande teatro aos mais distantes sítios, Renato começou as articulações criando nova companhia, que estreou e fez péssima temporada em Niterói. Nessa temporada estreou no palco a filha de Renato e dona Elita, Maria Antonieta que, em festa oferecida a Renato por acadêmicos fluminenses, anunciou que adotaria o nome artístico de Maria Caetana, em homenagem ao grande João Caetano, filho daquela cidade.
Cerca de dois anos Renato lutou por condições para levar seu teatro a estados do Norte e Nordeste, em "missões dramáticas". E finalmente conseguiu formar uma companhia de alto nível, adquirir equipamentos de luz e de som, restaurar cenários do acervo, assinados pelos maiores cenógrafos da época, e percorrer com a companhia, de março a novembro de 1938, vários estados, realizando temporadas históricas em Recife, João Pessoa, Belém, Manaus, Fortaleza, encerrando a excursão onde começou, Recife
Depois de nova temporada no Rio de Janeiro, com o apoio do SNT Renato prosseguiu as "missões dramáticas" levando seu teatro ao Rio Grande do Sul e Paraná, com apresentações nas capitais e cidades mais importantes. Apresentou-se depois em São Paulo, Campinas e Santos, prosseguindo viagem ao Espírito Santo, à Bahia e refazendo o mesmo roteiro pelas capitais do Norte/Nordeste.
Formou companhia em 1941 realizando nova excursão pelo Sul e terminou fundando em Porto Alegre a Escola Dramática do Rio Grande do Sul. Instalada inicialmente no Teatro São Pedro, mais tarde transferiu-se para sede própria, na Av. Brasil, bairro dos Navegantes. Em um velho galpão, adaptou-se a sala de espetáculos e assim nasceu o Teatro Anchieta.
Reaparecia, na verdade, o sonho do Teatro-Escola. Os alunos, além das aulas teóricas e práticas de interpretação, se exercitavam nas diferentes áreas, como cenografia, figurinos e iluminação. Aos poucos, criava-se através dos cursos o elenco do Teatro Anchieta. O grande sucesso do grupo em Porto Alegre repetia-se em excursões por cidades do interior. Finalmente, em 1945, o Teatro Anchieta apresentou-se no Rio de Janeiro com repertório que incluía Crime e Castigo, de Dostoievski, peças de Florêncio Sanches e de Renato Vianna.
Os tempos eram difíceis. Com a renúncia (forçada) de Getúlio Vargas, aconteceram grandes alterações na política cultural. O apoio oficial destinado ao Teatro Anchieta foi cortado e o pagamento de parcelas já vencidas adiado. Assim mesmo, o Teatro Anchieta

LEONEL DE MOURA BRIZOLA

Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha, que pertenceu a Passo Fundo (RS) até 1931, quando passou à jurisdição de Carazinho (RS). Seu pai, o lavrador José de Oliveira Brizola, morreu na Revolução Federalista de 1923, lutando nas tropas de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que combatiam os republicanos de Borges de Medeiros.

Alfabetizado por sua mãe, Onívia de Moura Brizola, começou na escola primária em 1931, em Passo Fundo. Em 1936, matriculou-se no Instituto Agrícola de Viamão, perto de Porto Alegre, formando-se técnico rural em 1939. Nessa época, trabalhou como graxeiro numa refinaria em Gravataí (RS).

Em 1940, mudou-se para Porto Alegre e obteve emprego no serviço de parques e jardins da prefeitura. Para continuar seus estudos, matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos para fazer o curso supletivo. Em 1945, começou a cursar engenharia civil na Universidade do Rio Grande do Sul, formando-se em 1949.

PTB

Simpatizante do presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, integrando o primeiro núcleo gaúcho do novo partido. Em 19 de janeiro de 1947, ele foi eleito deputado estadual, participando da elaboração da Constituição gaúcha. O PTB, que tinha a maioria na Assembléia, aprovou (com o apoio de Brizola) a instituição do regime parlamentarista no Estado --governado por Válter Jobim, do PSD--, mas o STF decidiu que essa decisão era inconstitucional.

Em 1° de março de 1950, Brizola casou-se com Neuza Goulart, irmã do então deputado estadual João Goulart. O padrinho do casamento foi o próprio Getúlio Vargas --que, em 3 de outubro, foi eleito presidente da República. No mesmo pleito, Brizola foi reeleito deputado estadual. Em março de 1951, Brizola tornou-se líder do PTB na Assembléia Legislativa e pouco depois se candidatou a prefeito de Porto Alegre. Perdeu o pleito, em 1° de novembro, por pouco mais de 1% dos votos.

Em 1952, ele foi nomeado secretário de Obras do governador Ernesto Dornelles (PTB). Dois anos depois, foi eleito deputado federal pelo PTB em outubro de 1954. Tomou posse na Câmara em 1955, mas ficou pouco tempo na Casa: em outubro de 1955, foi eleito prefeito de Porto Alegre. Sua gestão foi marcada pela construção de escolas primárias e melhoria dos transportes coletivos na cidade.

Em outubro de 1958, foi eleito governador gaúcho, com mais de 55% dos votos. Empossado em janeiro de 1959, criou a Caixa Econômica Estadual e adquiriu o controle acionário do Banco do Rio Grande do Sul. Criou a Aços Finos Piratini e a Companhia Riograndense de Telecomunicações e pressionou o governo federal a instalar uma refinaria no Estado. Encampou a Companhia Telefônica Rio-Grandense, uma subsidiária da ITT. No setor de educação, construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e

131 ginásios e escolas normais.

Em 1960, apoiou as candidaturas do general Henrique Lott (PSD) à Presidência e de João Goulart (PTB) para vice. Lott perdeu, mas Goulart foi eleito vice de Jânio Quadros.

Ideologia

A história do Rio Grande do Sul e do menino pobre se misturam no perfil intelectual de Leonel Brizola.

Além da herança trabalhista de Getúlio Vargas, Brizola cultuava a tradição republicana e laica de Júlio de Castilhos (1860-1903), ex-presidente (o equivalente a governador) do Rio Grande do Sul.

"No exílio, ele andava sempre com um manifesto de Júlio de Castilhos no bolso', diz João Carlos Guaragna, antigo colaborador.

Em 1986, ao receber do economista Roberto Mangabeira Unger alguns livros sobre ciência política, Brizola foi à estante e voltou com um volume que resumia o ideário de Castilhos.

"Vamos fazer uma coisa: eu leio os seus (livros) e você lê o meu", disse para Unger, professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Os clássicos do pensamento socialista nunca desfrutaram do mesmo prestígio. Brizola comparava o marxista a alguém que trabalha com um microscópio, que "enxerga a molécula de uma folha mas não distingue a floresta".

Pensamento

Embora de origem católica, Brizola deixa transparecer outra marca do passado: a influência do pastor metodista Isidoro Pereira.

Ainda adolescente, Brizola morou na casa de Isidoro durante dois anos. Chegou a fazer pregações na igreja do pastor.

"As falas do Brizola são recheadas de imagens rurais, de inspiração bíblica. Ele fala através de parábolas", comentou certa vez o então vereador Saturnino Braga, ex-prefeito do Rio e atual senador do PT.

Ante eventuais contestações ao domínio que exerce no PDT, Brizola costumava utilizar uma de suas imagens favoritas. Dizia que os dissidentes estão "costeando o alambrado" referência aos bois que estão prestes a ultrapassar as divisas de uma fazenda.

Em dez anos, pularam a cerca da fazenda de Brizola, entre outros, todos os quatro últimos prefeitos do Rio: Saturnino e Jamil Haddad (ambos foram para o PSB), Marcello Alencar (hoje no PSDB) e César Maia, eleito pelo PMDB e atualmente no PFL.

Se Isidoro significou para Brizola o acesso a um conhecimento mais cultivado, as primeiras letras, diz ele, com orgulho, aprendeu com a própria mãe.

Oniva era a viúva do maragato José Brizola, morto em 1923 na luta contra os chimangos de Borges de Medeiros, então no poder no Rio Grande havia 20 anos.

Em 1936, Brizola ganha uma passagem da prefeitura de Carazinho e vai estudar em

Porto Alegre, onde trabalha como engraxate, trocador de farmácia e ascensorista.

Ingressa no curso de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul em 1943, mesmo ano em que se filia ao PTB.

Deputado estadual já em 1947, Brizola conclui o curso só em 1949. Jamais exerceu a profissão. Optou pela política.

Franco Montoro

Professor universitário, advogado, servidor público, procurador, André Franco Montoro nasceu em 14 de julho de 1916, em São Paulo. Casado com Lucy Franco Montoro, teve sete filhos: Maria Lúcia, André, Eugenio Augusto, Paulo Guilherme, José Ricardo, Fernando Antonio e Mônica.

Engajou-se na política e fez dela sua bandeira em prol dos ideais democráticos. Atuou como vereador (1950-1952) pelo então PDC de São Paulo; deputado estadual (1955-1959) e chegou à Câmara dos Deputados em 1959 pelo mesmo partido. Após três mandatos na Casa foi eleito senador pelo MDB (1979-1983). Assumiu o Governo do Estado de São Paulo (1983-1988). Voltou à Câmara dos Deputados para mais um mandato (1995-1999) pelo PSDB e foi reeleito para um novo mandato (1999-2003).

Um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Franco Montoro foi um mestre em transformar a teoria e a doutrina da justiça social em propostas e ações viáveis e concretas. Presidente de honra do PSDB, Montoro passou a maior parte dos seus 83 anos se dedicando à construção e consolidação de um Brasil democrático.

Mario Covas Júnior nasceu em Santos, SP, em 21 de abril de 1930, filho de Mario Covas e Arminda Carneiro Covas. Casado com Florinda Gomes Covas, deixa dois filhos, Renata e Mário, e quatro netos: Bruno, Gustavo, Mário e Sílvia.

Cursou o primeiro grau no Colégio Santista e o segundo grau no Colégio Bandeirantes, em São Paulo, onde também se graduou em química industrial e foi em seguida professor. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, turma de 1955. Teve intensa militância na política estudantil dos anos 50 e foi vice-presidente da UNE - União Brasileira dos Estudantes - em São Paulo. Formado, prestou concurso público na Prefeitura de Santos, onde trabalhou como engenheiro até 1962.

Praticou vários esportes na juventude, dedicando-se especialmente ao tênis e ao futebol. Sócio remido do Santos Futebol Clube, recebeu recentemente o título de Conselheiro Emérito.

Candidatou-se a prefeito de Santos em 1961, pelo PST, obtendo o segundo lugar na votação. No ano seguinte, e pelo mesmo partido, elegeu-se deputado federal. Com a extinção dos partidos políticos em 1966, foi um dos fundadores do MDB, pelo qual nesse mesmo ano se reelegeu deputado federal.

Covas foi então escolhido líder da bancada oposicionista na Câmara dos Deputados. Aos 37 anos de idade, o jovem parlamentar liderava uma bancada composta por figuras expressivas da vida política brasileira, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Yvete Vargas, entre outros.

Desde o primeiro mandato, iniciado em 1963, até o final do segundo, em 1968, Mario Covas foi todos os anos incluído na lista dos melhores parlamentares, organizada anualmente pelos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional.

Em 16 de janeiro de 1969 teve seu mandato cassado pela ditadura militar e os direitos políticos suspensos por dez anos. Alijado da vida política do país, Mario Covas dedicou-se à atividade privada, como engenheiro.

Embora proscrito, Covas nunca perdeu contato com seus companheiros e com a política. Ao recuperar a plenitude de seus direitos políticos, em 1979, foi nesse mesmo ano eleito presidente do MDB de São Paulo. Com a extinção do MDB, foi o principal articulador da fundação do PMDB e seu presidente estadual em três mandatos.

Eleito deputado federal com 300 mil votos em 1982, foi nomeado em março de 1983 secretário dos Transportes do governo Montoro. Indicado por Montoro e aprovado pela Assembléia Legislativa, tornou-se prefeito da Capital paulista em 10 de maio, cargo que ocupou até 31 de dezembro de 1985.

Os 33 meses da gestão Covas na Prefeitura paulistana foram dedicados a "encurtar as distâncias sociais" da cidade, como costumava dizer, com absoluta prioridade a obras e serviços na periferia. Desse período ficaram três marcas definitivas: os mutirões para construção de guias e posterior pavimentação de ruas, com intensa participação popular; a intervenção nas empresas privadas de ônibus, que ameaçavam locaute; e a instituição do passe gratuito no transporte coletivo para idosos, iniciativa pioneira no país.

Após deixar a Prefeitura, Mario Covas foi eleito senador, em 1986, com a maior votação da história do Brasil até então: 7,7 milhões de votos. Líder do seu partido na Assembléia Nacional Constituinte, Covas foi o grande articulador das comissões temáticas que garantiram a participação democrática de todos os segmentos organizados da sociedade na elaboração da Carta Magna.

Em junho de 1988, Mario Covas foi um dos fundadores do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira - e, meses depois, seu presidente nacional. No ano seguinte, 1989, seu partido o fez candidato a presidente da República, eleição em que obteve o quarto

lugar. Em 1990, outra vez o PSDB o fez candidato, desta vez a governador, ficando em terceiro lugar.

Prestes a encerrar seu mandato de senador, Mario Covas foi eleito governador do Estado de São Paulo em 1994 com 8,6 milhões de votos e reeleito em 1998 com 9,8 milhões. Seu primeiro mandato foi dedicado ao saneamento das finanças públicas, encontradas em situação calamitosa. O ajuste fiscal e o equilíbrio orçamentário praticados por Covas em São Paulo foram o principal fator de êxito do Plano Real e a conseqüente estabilidade econômica conquistada pelo país.

Com as finanças públicas em ordem e com um bem sucedido programa de privatizações e concessões, o governo Covas iniciou seu segundo mandato com a possibilidade de realizar o maior programa de investimentos da história de São Paulo.